



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



**Relatório de Auditoria do
Programa de Oportunidades e
Direitos do Estado do Rio Grande
do Sul – POD/RS
Contrato de Empréstimo
nº 3.241/OC-BR**

**Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras
Básicas.**

Exercício de 2020



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH

Escritório de Projetos – EP

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

ÍNDICE

1	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
1.1	Opinião sem ressalva.....	5
1.2	Base para opinião	5
1.3	Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras	8
1.4	Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras	8
1.5	Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios	9
2	INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2020	11
2.1	Descrição do Programa	11
2.2	Organização para Execução do Programa.....	12
2.3	Sistemas de Controle Gerenciais.....	15
2.4	Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	17
2.5	Taxa de Câmbio	18
2.6	Fundos Disponíveis.....	18
2.7	Fundos Utilizados Pendentes de Justificação de Recursos do BID	20
2.8	Recursos de Contrapartida Local	21



2.9 Desembolsos Efetuados	22
2.10 Aquisição de Bens e Serviços	23
2.11 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados.....	24
2.12 Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento	24
2.13 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o Registrado no Campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa	24
2.14 Contingências	24
2.15 Relatório sobre requisitos legais/ou regulatórios	24
2.16 Eventos Subsequentes	25
3 Anexos	26
ANEXO A – Demonstração dos Investimentos Acumulados e Demonstração do Fluxo de Caixa.....	26
ANEXO B – Notas Explicativas	27



Índice de Quadros

Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS	12
Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa	14
Quadro 3 – Organização do EP	14
Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2020	14
Quadro 5 – Disponibilidades - 31/12/2020	19
Quadro 7 – Demonstração das Solicitações e Desembolsos – R\$	22



1 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – Escritório de Projetos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS
Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

1.1 Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SDJH, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado Rio Grande do Sul, em atendimento ao disposto na Cláusula nº 5.03, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto em 31 de dezembro de 2020, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota 2.

1.2 Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional



de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo(s) de ênfase(s) e outros assuntos: Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

Ênfase(s)

- **Bases contábeis:** A nota explicativa 2 às demonstrações financeiras descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.03 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para o BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

- **Contingências:**

- As Notas Explicativas, datadas de 05-04-2021, deveriam acompanhar as datas de elaboração dos demonstrativos, 31-12-2020. Portanto, verificou-se um problema de tempestividade das Notas Explicativas, as quais devem acompanhar os Demonstrativos de forma a representá-los fidedignamente (item 2.7 do presente Relatório).

- Verificaram-se valores pendentes de justificação referentes a ajustes de exercícios anteriores nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa, inclusive com valores negativos na coluna da contrapartida na Demonstração de Fluxo de Caixa, que não foram citados nas Notas Explicativas, tampouco constaram na relação enviada no Quadro de Desembolso (item 2.7 do presente Relatório).



- Há uma diferença entre o valor da contrapartida em dólares consignado nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, e aquele apresentado na Nota Explicativa nº 7 (item 2.8 do presente Relatório).

- O saldo disponível da contrapartida em 31-12-2020 no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em dólar encontra-se negativo em US\$ 713,14, enquanto que no Demonstrativo de Fluxo de Caixa em reais não há saldo disponível de contrapartida. Não há Nota Explicativa para referida diferença (item 2.8 do presente Relatório).

- A Nota Explicativa nº 13, que trata da referida conciliação, apresenta dois equívocos em sua apresentação. Primeiro, a Nota nº 13 indica que os valores apresentados na tabela estariam em Reais, enquanto que de fato os valores apresentados estão em Dólares. O segundo erro está no somatório das categorias de investimento, que apontam um total de US\$ 22.707.028,34, enquanto que o somatório correto é de US\$ 27.292.971,66. (item 2.12 do presente Relatório).

Outros assuntos (reportados no Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno Associados à Auditoria de Demonstrações Financeiras, que carecem de aprimoramento)

- Verificou-se uma desmobilização antecipada da Equipe de Projetos, evidenciada pelo deslocamento da Coordenadoria Financeira para outro setor.

- Verificou-se que a conta corrente do Projeto consta no SIAC, representando um risco para os recursos, uma vez que o saldo do Caixa Único é somente escritural. Isto é, caso precise resgatar o valor total disponível do Projeto, dependendo da época, pode não haver saldo suficiente (Item 2.6, subitem b do presente Relatório).

- No Quadro de Desembolso enviado pela Secretaria, não foram informados os valores em reais das justificativas nº 12 e nº 13 (Item 2.9 do presente Relatório).



1.3 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota 2, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das suas demonstrações financeiras do Programa.

1.4 Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com os Manuais de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Secretaria.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

1.5 Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

Porto Alegre, 15 de abril de 2021.

TCE/RS - Equipe de Auditores



Adriana Flach Sampaio
Auditora Pública Externa –TCE/RS
Matr. 1.700075.0

Rafael Santos Castro
Auditor Público Externo –TCE/RS
Matr. 1.700576.0



Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

2 INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2020

2.1 Descrição do Programa

O Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS é um projeto que visa contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul, mediante abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções sob a coordenação de um Escritório de Projetos instituído junto ao Gabinete da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, destinado a (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e o ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da política no âmbito local; e (iii) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinado ao grupo etário com mais alto risco.

A contratação do empréstimo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.133, de 28 de novembro de 2012, na proporção de 89% do valor total do programa.

O contrato de empréstimo nº 3241/OC-BR foi assinado em 01/09/2014 pelo valor de US\$ 56.000.000,00, sendo financiado pelo BID o montante de US\$ 50.000.000,00. A Cláusula 1.04 previa que o prazo original de desembolsos seria de 5 anos contados a partir da entrada em vigor do referido contrato. Entretanto, conforme Alteração Contratual nº 3, ficou acordada a prorrogação do prazo para desembolsos dos recursos do empréstimo até 31 de dezembro de 2021.

De acordo com o contrato, o projeto está estruturado em quatro componentes e respectivos subcomponentes e atividades:



Componente I – Prevenção social e situacional da violência

Componente II - Efetividade policial;

Componente III - Modernização do processo de ressocialização;

Componente IV- Gestão de Recursos Corporativos.

De acordo com Alteração Contratual nº 2, publicada em 18 de setembro de 2020, há previsão de US\$ 2,7 milhões para aplicação na Administração, acompanhamento e avaliação, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS

Em milhões US\$				
Componente	Banco	Local	Total	%
1. Prevenção social e situacional da violência	18.800,00	1.850,00	20.650,00	36,9
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	10,7
3. Modernização do processo de ressocialização	23.900,00	1.400,00	25.300,00	45,2
4. Fortalecimento institucional	1.350,00	0,00	1.350,00	2,4
5. Administração, acompanhamento e avaliação do programa	1.150,00	1.550,00	2.700,00	4,8
Totais	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100

Fonte: Alteração nº 2 ao contrato de empréstimo nº 3241/OC-BR

2.2 Organização para Execução do Programa

O Órgão Executor do Programa (OE) é o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e da co-executora do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O instrumento jurídico utilizado para viabilizar o componente 2 foi o Termo de Cooperação Técnica nº 011/2014, assinado em 20/08/2014 e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 26/08/2014. O Órgão Executor do Programa firmará convênios para a transferência de recursos com os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão.

O OE atuará segundo um modelo de execução de três níveis complementares, ocorrendo por meio de unidades constituídas e mantidas apenas durante a vigência do programa, correspondendo:

i) nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), criado mediante Decreto Estadual, nº 52.010, de 17/11/2014, publicado no DOE em 18/11/2014, é a instância máxima de decisão, responsável pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela SJCDH, SSP, SGG e FASE. As principais funções do CCE são: (i)



definir prioridades; (ii) aprovar o Plano Operacional Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA); e (iii) resolver aspectos controversos relacionados à execução do programa;

ii) nível gerencial/operacional, o Escritório de Projetos (EP), Decreto nº 52.010/2014, é o responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação do programa, composto por:

- I - Coordenação-Geral
- II- Coordenação Técnica e de Aquisições
- III - Coordenação Administrativo-Financeiro
- IV - Coordenação de Monitoramento e Avaliação
- VI - Comissão Especial de Licitações
- VI - Secretária Executiva
- VII Assessoria Jurídica

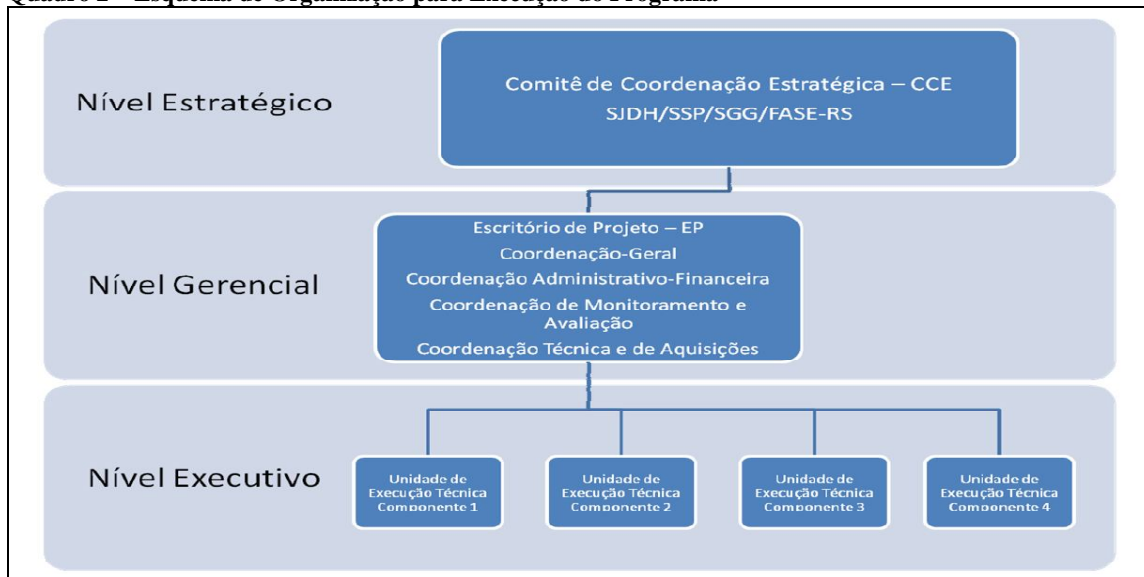
iii) nível técnico/executivo: quatro Unidades de Execução (UET) responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro componentes do programa.

As referidas Unidades de Execução Técnica (UETs) estão instaladas na SJCDH (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3).

A seguir o esquema da organização do programa:

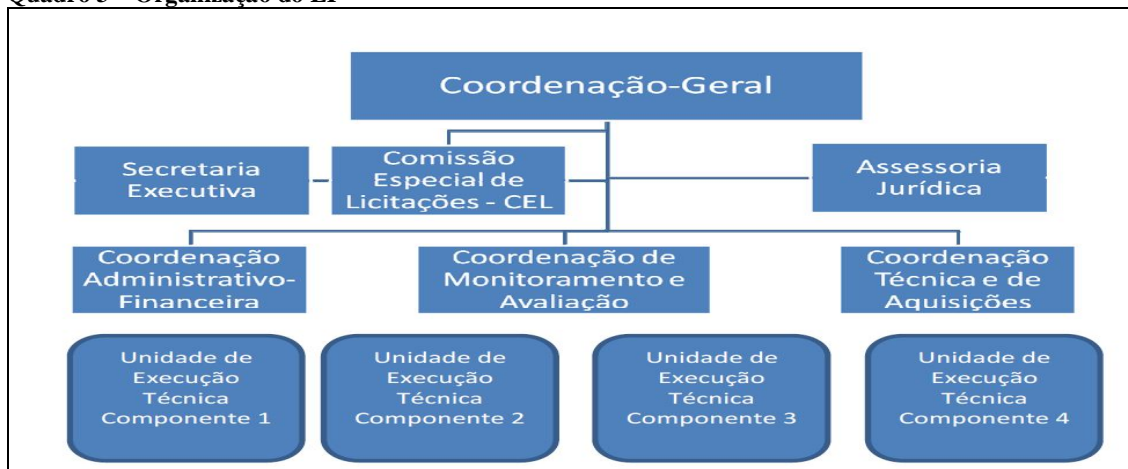


Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 3 – Organização do EP



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2020

Cargo	Nome	Entrada	Portaria
Coordenadora-Geral	Carolina Motta Ramos de Macedo Luce	10/07/2019	41/2019
Coordenadora Administrativo-Financeiro	A definir	-	-
Coordenadora de Monitoramento e Avaliação	Júlica Reginatto	25/08/2015	57/2015
Coordenador Técnica e de Aquisições	Luís Fernando Espíndola Rodrigues	10/07/2019	39/2019
Comissão Especial de Licitações (Presidente)	Gabriela Lorenzet	15/12/2020	111/2020
Assessoria Jurídica	Augusto Arnold Filho	20/07/2020	247/2020



Conforme evidenciado no Quadro 4, se percebe uma desmobilização antecipada da Equipe, evidenciada pelo deslocamento da Coordenadoria Financeira para outro setor que não a Equipe de Projeto. A lacuna deixada trouxe prejuízo à realização da Auditoria na intempestividade de entrega dos demonstrativos financeiros solicitados pela Equipe de Auditoria.

2.3 Sistemas de Controle Gerenciais

Na cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigo 8.01 das Normas Gerais do contrato, o mutuário deve manter (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Programa, proporcione confiabilidade sobre as informações financeiras, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos e permita o cumprimento das disposições previstas no contrato.

Até 31/12/2020, para cumprir os objetivos propostos, foi utilizado sistema de gestão financeira estadual – o Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. O Sistema atende parcialmente às necessidades do Banco. Não é possível a geração de relatórios automáticos, nos moldes que o Banco exige, havendo a necessidade de serem confeccionadas planilhas preenchidas manualmente pelo EP.

Destaca-se, no entanto, que o FPE é o sistema que abriga toda a movimentação contábil, orçamentária e financeira do Estado, caracterizando-se como um sistema confiável.

No FPE, a movimentação do projeto está vinculada ao recurso 0310, produto do financiamento, e recurso 6001, produto da contrapartida local.

O Escritório dispõe do Sistema Integrado de Administração de Projetos/Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Programa – SIGP/SAFF, fornecido pela



empresa Softplan Planejamento e Sistemas, que gera relatórios e outras documentações como o Plano de Aquisições nos modelos que o BID solicita.

a) Fluxo Financeiro

O Estado abriu uma conta especial no Banco do Estado Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL no exterior para receber e internalizar os recursos. A conta está identificada pelo nº 22920-0042. Para conferir o saldo ou tirar extrato da conta corrente, o BANRISUL forneceu programa para disponibilizar acesso *online* ao EP.

De acordo com as regras vigentes na Administração Pública Estadual (Decreto Estadual nº 33.959/91), os recursos financeiros devem ser depositados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instrumento concebido para ser o Caixa Único do Estado. Assim, os recursos financeiros que ingressaram por conta do empréstimo foram depositados na conta centralizadora do POD nº 03.355795.0-7, a qual é responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos. Outra conta que também acompanha os recursos financeiros é a de nº 03.355795.9-0, conta pagadora, ou seja, a responsável pelos registros dos pagamentos realizados.

Observa-se que os recursos não geram receitas financeiras. Os recursos antecipados pelo Banco não devem ser objeto de aplicação no mercado financeiro, destinando-se exclusivamente para atender às necessidades do projeto. No caso de depósito em conta especial e havendo geração de rendimentos financeiros, estes deverão ser aplicados à conta dos recursos de aporte local. Neste caso, como os recursos estão depositados no Caixa Único, foi firmado entendimento que esta situação não se aplica.

A administração dos recursos financeiros é feita diretamente pelo EP, tanto o pedido de dólares para a conta especial como a venda dos mesmos para a conta em reais. A saída, para fazer frente às despesas, é feita pela Secretaria da Fazenda, porém somente mediante autorização do EP.



O EP, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos e metas, atender às solicitações do BID, incluindo o fornecimento dos relatórios de acompanhamento e demais dados requeridos, bem como zelar pela aplicação adequada do dinheiro liberado.

b) Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

Para fins de controle da execução orçamentária e financeira, o EP utiliza o FPE, que permite a previsão dos recursos e a execução financeira. As informações do sistema, portanto, constituem-se em base de dados para elaboração dos Relatórios e Demonstrações Financeiras. Para garantir a confiabilidade das execuções, o EP emite um documento de autorização (ME) no qual identifica os códigos dos recursos, do projeto e do subprojeto (produto) para o lançamento no sistema. Este documento é indispensável para emissão das solicitações de reserva orçamentária e dos empenhos, atendendo o fluxo da execução orçamentária do Estado, conforme descrito no item “a” deste tópico.

c) Sistema Integrado de Gestão de Projetos (SIGP)

O Escritório dispõe do Sistema Integrado de Administração de Projetos/Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Programa – SIGP/SAFF, fornecido pela empresa Softplan Planejamento e Sistemas, cofinanciados por organismos internacionais com objetivo de atender às necessidades da administração e informatização de órgãos e entidades que requerem financiamentos junto a organismos internacionais, como BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), entre outros.

2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas seguem às normas estabelecidas pelo BID em suas políticas, ou seja, que as demonstrações financeiras básicas sejam elaboradas de acordo com o critério contábil “regime de caixa”, registrando os ingressos de recursos quando efetivamente recebidos e reconhecendo os gastos pelos efetivos pagamentos. Esta prática contábil difere dos



princípios de contabilidade geralmente aceitos pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público - NICSP, em que as transações devem ser registradas à medida que incorrem pelo regime de competência.

No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “International Public Sector Accounting Standards – IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

Com relação aos preços e licitações, a cláusula 6.04 das normas gerais estabelece que os contratos de execução de obras, aquisições de bens e prestação de serviços deverão ser firmados a um custo razoável, visando ao preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

2.5 Taxa de Câmbio

A cláusula 3.04 das disposições especiais e artigo 4.09 (a), (i) das normas gerais do contrato de empréstimo estabelecem o seguinte em relação à taxa de câmbio a ser utilizada na execução do contrato:

Artigo 4.09. Taxa de Câmbio. (a) para estabelecer a equivalência em dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas disposições especiais deste contrato:

(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em dólares à moeda do país do mutuário. Neste caso, para fins de desembolso de gastos a débito do empréstimo e do reconhecimento de gastos a débito do aporte local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco, ou

(ii) ...

2.6 Fundos Disponíveis

a) Fluxo de Caixa



A conta para a internalização do empréstimo foi aberta, por determinação contratual, sob o nome e nº POD nº 22.920-0042 no BANRISUL de Miami Branch.

No exercício de 2020 não foi recebido recurso do BID uma vez que o total do empréstimo contraído, de R\$ 169.414.404,14 ou US\$ 50.000.000,00, foi integralmente repassado até 31-12-2019.

Segue, abaixo, planilha com os valores internalizados:

Data	Valor em US\$	Taxa de Câmbio	Valor em R\$
22/12/2014	9.430.000,00	2,6515	25.003.645,00
14/12/2017	27.712.731,00	3,332	92.338.819,69
26/12/2019	12.857.269,00	4,05	52.071.939,45

A cada internalização, o SIAC passa a ser a responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos diários. A aplicação no SIAC não gera rendimentos para o projeto.

A Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC apresentou, em 31/12/2020, disponibilidade de R\$ 84.891.337,19 ou US\$ 22.707.028,34.

Em 31/12/2020, o montante disponível na conta corrente (saldos no SIAC a autorizar) era de R\$ 84.891.337,19.

O montante desembolsado com recursos do BID foi R\$ 18.985.008,37 (quadro 5) ou US\$ 5.697.781,46 (DFC, Anexo A).

Quadro 5 – Disponibilidades - 31/12/2020

Descrição	Em R\$
Saldo Bancário em 31/12/2019	103.876.345,56
Receitas em 2020	0,00
Internalização	0,00
Despesas de 2020	18.985.008,37
Desembolsos efetuados durante o período	18.985.008,37
Saldo bancário em 31/12/2020	84.891.337,19



Obs.: conforme cláusula contratual, aplicações não geram rendimentos para o programa.

b) Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado – SIAC

O acompanhamento financeiro é efetuado em conta bancária aberta no Banrisul, na Agência Central, código 0100, especialmente para esse fim. A conta composta em centralizadora e pagamentos faz parte do SIAC, criada pelo Decreto Estadual nº 33.959/91.

Sendo assim, a movimentação financeira pode ser verificada mediante consulta ao sistema FPE, lançamentos das subcontas referidas.

Destaca-se que, o fato da conta corrente do projeto constar no SIAC representa um risco para os recursos, uma vez que o saldo da referida conta no Caixa Único é somente escritural. Isto é, caso precise resgatar o valor total disponível do projeto, dependendo da época, pode não haver saldo suficiente, situação essa destacada no item 1.2 do presente relatório.

c) Conforme WLM-S

Na contabilidade do BID consta que os adiantamentos realizados somaram US\$ 50.000.000,00 e as despesas aprovadas totalizaram US\$ 27.292.971,66 até 31/12/2020, mesmo valor apresentado no Total Desembolsado na Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.7 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação de Recursos do BID

Em 31/12/2020, conforme tabela constante na Nota Explicativa nº 10 e o informado na Nota Explicativa nº 4, não havia pendência de justificação:

Em 30 de dezembro de 2020, foi encaminhado ao Banco a justificativa 13, que já foi aprovada, contendo todos os pagamentos até 31.12.2020.

Foram solicitadas duas justificativas em 2020:

- nº 12 de US\$ 2.895.886,25 em 10-09-20;

- nº 13, de US\$ 4.215.451,68 em 30-12-20;



No Quadro de Desembolso enviado pela Secretaria, não foram informados os valores em reais das justificativas referidas, cujas aprovações ocorreram em 04-01-2021 e em 18-02-2021, para as justificativas nº 12 e nº 13, respectivamente.

Destaca-se que, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, uma vez que sua competência refere-se a 2020 e as justificativas foram aprovadas em 2021, são indicados os valores das solicitações nº 12 e nº 13 como pendentes de justificação.

As Notas Explicativas, as quais deveriam acompanhar as datas de elaboração dos demonstrativos, isto é, 31-12-2020, estão datadas de 05-04-2021. De forma que, nas suas explicações, apresentam informações com acontecimentos posteriores que não fecham com alguns dados encontrados nos Demonstrativos, como, por exemplo, a questão da justificação. Portanto, uma vez que as Notas Explicativas devem acompanhar os Demonstrativos de forma a representa-los fidedignamente, a sua tempestividade será ponto de contingência no presente relatório.

Ressalta-se também que havia valores pendentes de justificação referentes a ajustes de exercícios anteriores nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa, inclusive com valores negativos, que não foram citados nas Notas Explicativas, tampouco constaram na relação enviada no Quadro de Desembolso, sendo esse fato ponto de contingência.

2.8 Recursos de Contrapartida Local

O Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de contribuir com o montante de US\$ 6.000.000,00, a título de contrapartida local.

Como se verifica nos Demonstrativos de Investimentos Acumulados e nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa (Anexo A) o Estado investiu R\$ 17.964.799,50 ou US\$ 4.159.338,48, até 31/12/2020.

Contudo, na Nota Explicativa nº 7 – Fundo de Contrapartida Nacional (Anexo B) constam como aplicados pelo Estado os valores de US\$ 4.153.428,39 ou R\$ 17.964.799,50.



Assim, há uma divergência entre os valores da contrapartida em dólares constante nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados e aquele apresentado na Nota Explicativa nº 7, sendo essa situação ponto de contingência.

Outra situação que cabe destaque é a divergência entre o saldo disponível de contrapartida em dólares e em reais constante nos Demonstrativos de Fluxo de Caixa (Anexo A) em 31-12-2020.

Nos DFCs, o saldo disponível de contrapartida em dólares está negativado em US\$ 713,14 e não há saldo disponível em reais. Esta situação, apesar de relevante, não constou em Nota Explicativa, sendo, portanto, objeto de ponto de contingência.

2.9 Desembolsos Efetuados

No exercício de 2020 não foi recebido recurso do BID uma vez que o total do empréstimo contraído, de R\$ 169.414.404,14 ou US\$ 50.000.000,00, foi integralmente repassado até 31-12-2019.

Foram solicitadas duas justificativas em 2020, nº 12 e nº 13, aprovadas em 2021, conforme demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro 7 – Demonstração das Solicitações e Desembolsos – R\$

Nº da	Tipo	Data de	Aprovado - R\$			Aprovado US\$		
Sol.		Apresentação	BID	Local	Total	BID	Local	Total
2	AFJ	19/12/2015	296.389,92	1.706.068,77	2.002.458,69	111.781,98	436.826,30	548.608,28
3	AFJ	09/12/2016	4.331.146,21	-	4.331.146,21	1.633.470,19	-	1.633.470,19
4	AFJ	29/08/2017	6.817.394,84	411.909,66	7.229.304,50	2.571.146,46	130.528,78	2.701.675,24
5	AFJ	31/10/2017	3.681.431,48	-	3.681.431,48	1.388.433,49	-	1.388.433,49
7	AFJ	25/06/2018	10.205.032,77	6.043.820,96	16.248.853,73	3.823.532,28	1.604.966,14	5.428.498,42
8	AFJ	08/01/2019	10.944.264,05	32.066,48	10.976.330,53	3.284.593,14	8.653,51	3.293.246,65
9	AFJ	09/05/2019	10.857.179,33	899.940,90	11.757.120,23	3.258.457,11	229.484,80	3.487.941,91
10	AFJ	11/12/2019	18.818.854,27	850.259,04	19.669.113,31	5.647.915,49	205.272,45	5.853.187,94
12	AFJ	10/09/2020				2.149.718,35	746.167,90	2.895.886,25
13	AFJ	30/12/2020				3.423.923,17	791.528,51	4.215.451,68
Total de Justificativas			65.951.692,87	9.944.065,81	75.895.758,68	27.292.971,66	4.153.428,39	31.446.400,05
1	ADF*	29/11/2014	25.003.645,00		25.003.645,00	9.430.000,00		9.430.000,00
6	ADF**	08/12/2017	92.338.819,69		92.338.819,69	27.712.731,00		27.712.731,00



11	ADF***	11/12/2019	52.071.939,45		52.071.939,45	12.857.269,00		12.857.269,00
Total de Adiantamentos					169.414.404,14			50.000.000,00

Fonte: Quadro enviado em e-mail da Secretaria - UEP/Financeiro

* Creditado em 23/12/2014. Taxa de internalização US\$ 1,00/ R\$ 2,6515

** Creditado em 14/12/2017. Taxa de internalização de USD=R\$ 3,3320

*** Conforme Nota Explicativa n.11, a internalização ocorreu em 26-12-2019, à Taxa de R\$ 4,05

Destaca-se que, no Quadro de Desembolso enviado pela Secretaria, não foram informados os valores em reais das justificativas nº 12 e nº 13, bem como, conforme referido Quadro, a justificativa nº 12 recebeu aprovação em 04-01-2021 e a de nº 13 em 18-02-2021.

2.10 Aquisição de Bens e Serviços

No período objeto dessa auditoria, foram realizadas despesas com aquisição e contratação de bens e serviços, descritos por componente, conforme consta no Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Demonstrativo de Investimentos Acumulados (Anexo A).

O Escritório de Projetos elaborou fluxos para as diversas ações. No período terminado em 31/12/2020, os pagamentos totalizaram R\$ 18.985.008,37 ou US\$ 5.697.781,46, com recursos do BID. Os valores aplicados de contrapartida local totalizaram R\$ 4.800.241,92, equivalentes a US\$ 744.496,87.

Foram solicitadas duas justificativas em 2020, nº 12 de US\$ 2.895.886,25 em 10-09-20 e nº 13, de US\$ 4.215.451,68 em 30-12-20. No Quadro de Desembolso enviado pela Secretaria, não foram informados os valores em reais das justificativas nº 12 e nº 13.

Bem como, conforme citado no Quadro de Desembolso, a justificativa nº 12 recebeu aprovação em 04-01-2021 e a de nº 13 em 18-02-2021.

Destaca-se que, no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, uma vez que sua competência refere-se a 2020 e as justificativas foram aprovadas em 2021, são indicados os valores das solicitações nº 12 e nº 13 como pendentes de justificação.

A Nota Explicativa nº 9 Aquisição de Bens e Serviços informou que todas as aquisições seguiram as normativas do banco e a legislação local:



... não registramos qualquer intercorrência na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

Todos os bens estão devidamente inventariados e integram o patrimônio do Estado com registro de numeração e nos devidos locais para uso.

2.11 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

Não foi encontrada diferença entre os valores apresentados no Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Demonstrativo de Investimentos Acumulados.

2.12 Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento

Não se verificou diferença na conciliação destas peças. Entretanto, a Nota Explicativa nº 13, que trata da referida conciliação, apresenta dois equívocos em sua apresentação. Primeiro, a Nota nº 13 indica que os valores apresentados na tabela estariam em Reais, enquanto que de fato os valores apresentados estão em Dólares. O segundo erro está no somatório das categorias de investimento, que apontam um total de US\$ 22.707.028,34, enquanto que o somatório correto é de US\$ 27.292.971,66.

2.13 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o Registrado no Campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa

Não se verificou diferença na conciliação destas peças.

2.14 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, segundo as informações obtidas durante os procedimentos de auditoria não havia questionamentos ou riscos envolvendo o POD/RS relativamente a demandas judiciais de natureza trabalhista, cível ou fiscal que necessitassem ser reconhecidos nos demonstrativos financeiros.

2.15 Relatório sobre requisitos legais/ou regulatórios



Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

2.16 Eventos Subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes de natureza financeira que pudessem impactar as demonstrações dos fluxos de caixa e de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 15 de abril de 2021.

Adriana Flach Sampaio
Auditora Pública Externa –TCE/RS
Matr. 1.700075.0

Rafael Santos Castro
Auditor Público Externo –TCE/RS
Matr. 1.700576.0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl.	Rubrica
TOE	

3 Anexos

ANEXO A – Demonstração dos Investimentos Acumulados e Demonstração do Fluxo de Caixa



Empréstimo : 3241/OC-BR
Mutuário : Estado do Rio Grande do Sul
Programa : Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

Demonstração Investimentos Acumulados Período Referência: 2º Semestre 2020

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
	Total	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total	BID	Contrap.
01 - Prevenção social e situacional da violência	20.880.988,00	10.000.000,00	1.000.000,00	13.317.487,70	1.000.000,00	14.317.487,70	2.227.329,07	268.978,00	2.496.307,07	15.844.816,77	1.268.978,00	17.113.794,77	1.421.488,41	1.188.978,00	2.610.466,41
02 - Educação pública	6.000.000,00	6.000.000,00	1.000.000,00	3.281.804,28	1.000.000,00	4.281.804,28	87.834,00	87.834,00	96.668,00	3.369.638,28	1.087.812,00	4.457.450,28	1.309.322,41	1.309.322,41	2.748.127,87
03 - Modernização do processo de reabilitação	10.000.000,00	10.000.000,00	1.000.000,00	5.000.000,00	1.000.000,00	6.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	7.000.000,00	6.000.000,00	1.000.000,00	7.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
04 - Fortalecimento institucional	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	1.600.000,00	1.100.000,00	2.700.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	2.200.000,00
05 - Gestão do Programa - Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.700.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00	880.000,00	1.000.000,00	1.880.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	2.700.000,00	1.100.000,00	3.800.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	2.200.000,00
Total	40.580.988,00	28.100.000,00	4.000.000,00	21.509.291,98	4.000.000,00	25.509.291,98	4.314.163,07	556.812,00	4.870.975,07	36.944.816,77	4.456.812,00	41.401.628,77	4.821.810,81	4.598.299,41	9.420.110,22
Porcentagem	100,00	69,24	9,79	52,00	14,29	62,10	10,60	13,40	12,00	90,00	12,70	102,70	117,90	105,90	23,20

US\$

Data de Impressão: 04/03/2021



Empréstimo : 3241/OC-BR
Mutuário : Estado do Rio Grande do Sul
Programa : Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

Demonstração Investimentos Acumulados Período Referência: 2º Semestre 2020

Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
	Total	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total	BID	Contrap.
01 - Prevenção social e situacional da violência	107.289.468,00	57.000.000,00	5.812.765,00	41.846.807,00	4.187.328,00	46.034.135,00	7.754.932,00	1.880.714,00	9.634.646,00	54.800.732,00	6.098.042,00	60.898.774,00	66.383.586,00	66.383.586,00	3.853.741,00
02 - Educação pública	31.176.000,00	24.941.250,00	6.228.120,00	10.196.455,00	1.964.374,00	12.160.829,00	684.375,00	684.375,00	1.368.750,00	25.807.500,00	6.012.627,00	31.820.127,00	31.820.127,00	31.820.127,00	3.899.971,00
03 - Modernização do processo de reabilitação	131.481.139,00	124.190.799,00	7.274.840,00	10.096.428,00	2.723.899,00	12.820.327,00	10.000.000,00	1.881.428,00	11.881.428,00	215.289.029,00	20.719.828,00	236.008.857,00	236.008.857,00	236.008.857,00	2.963.291,00
04 - Fortalecimento institucional	2.700.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00	500.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
05 - Gestão do Programa - Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	14.020.470,00	5.975.510,00	5.553.855,00	1.355.031,00	1.355.031,00	2.710.062,00	1.355.031,00	1.355.031,00	2.710.062,00	14.020.470,00	5.975.510,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	2.710.062,00
Total	286.567.076,00	213.207.559,00	21.766.535,00	63.898.620,00	10.250.628,00	74.149.248,00	19.900.367,00	4.821.547,00	24.721.914,00	215.289.029,00	26.010.497,00	241.300.526,00	241.300.526,00	241.300.526,00	13.323.864,00
Porcentagem	100,00	74,54	9,71	22,31	4,70	25,88	6,99	6,47	11,20	97,20	12,00	109,20	109,20	109,20	23,20

R\$



Empréstimo : 3241/OC-BR
Mutuário : Estado do Rio Grande do Sul
Programa : Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

04/03/2021

Página: 1 de 1

Demonstração de Fluxo de Caixa Período Referência: 2º Semestre 2020 Taxa de câmbio: R\$ 5,19610

US\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2020			PERÍODO TERMINADO EM 2019		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	50.000.000,00	3.414.128,21	53.414.128,21	37.142.731,00	2.180.598,15	39.323.329,15
Durante o período - Sub total		744.496,87	744.496,87	12.857.269,00	1.233.530,06	14.090.799,06
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagamento diretos - BID)		1.543.606,50	1.543.606,50	12.857.269,00	1.241.806,99	14.099.075,99
Rendimentos de aplicação financeira		-799.109,63	-799.109,63		-8.276,93	-8.276,93
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	50.000.000,00	4.158.625,09	54.158.625,09	50.000.000,00	3.414.128,21	53.414.128,21
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	21.595.190,20	3.414.841,61	25.010.031,81	12.812.957,54	2.180.598,15	14.993.555,69
Durante o período - Sub total	5.697.781,46	744.496,87	6.442.278,33	8.782.232,66	1.234.243,46	10.016.476,12
Solicitação/justificativa de desembolso apresentada ao BID				12.190.966,74	443.410,76	12.634.377,50
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa		124.139,94	124.139,94	-124.139,94	799.109,63	674.969,69
Outros (detalhar)				-3.284.593,14	-8.276,93	-3.292.870,07
Total Desembolsado	27.292.971,66	4.159.338,48	31.452.310,14	21.595.190,20	3.414.841,61	25.010.031,81
SALDO DISPONÍVEL	22.707.028,34	-713,40	22.706.314,94	28.404.809,80	-713,40	28.404.096,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



Empréstimo : 3241/OC-BR
Mutuário : Estado do Rio Grande do Sul
Programa : Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul - POD

04/03/2021

Página: 1 de 1

Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2020

R\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2020			PERÍODO TERMINADO EM 2019		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	169.414.404,14	13.164.557,58	182.578.961,72	117.342.464,69	8.193.865,87	125.536.330,56
Durante o período - Sub total		4.800.241,92	4.800.241,92	52.071.939,48	4.970.691,71	57.042.631,19
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pago diretos - BID)		8.020.733,69	8.020.733,69	52.071.939,48	5.002.758,19	57.074.697,64
Rendimentos de aplicação financeira		-3.220.491,77	-3.220.491,77		-32.066,48	-32.066,48
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	169.414.404,14	17.964.799,50	187.379.203,64	169.414.404,14	13.164.557,58	182.578.961,72
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	65.538.058,58	13.164.557,58	78.702.616,16	36.275.659,25	8.193.865,87	44.469.525,12
Durante o período - Sub total	18.985.008,37	4.800.241,92	23.785.250,29	29.262.399,33	4.970.691,71	34.233.091,04
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID						
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	18.971.374,10	8.020.733,69	26.992.107,79	40.620.297,65	1.782.266,42	42.402.564,07
	413.634,27	-3.220.491,77	-2.806.857,50	-413.634,27	3.220.491,77	2.806.857,50
Outros (detalhar)				-10.944.264,09	-32.066,48	-10.976.330,53
Total Desembolsado	84.523.066,95	17.964.799,50	102.487.866,45	66.538.058,58	13.164.557,58	79.702.616,16
SALDO DISPONÍVEL	84.891.337,19		84.891.337,19	103.876.345,56		103.876.345,56

ANEXO B – Notas Explicativas



Anexo B - Notas
Explicativas 2020 atu.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS**

Porto Alegre, 05 de abril de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Programa

O Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram, em 01 de setembro de 2014, contrato de operação de crédito nº 3241/OC-BR para a cooperação em um Projeto de prevenção à violência e à criminalidade em que a execução e utilização dos recursos do empréstimo serão efetuados pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Projeto é contribuir para redução dos índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são: (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco.

1.3 Órgãos Executores e Composição do Programa

Conforme o Contrato de Empréstimo, o Órgão Executor do Programa será o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJDCH) e da co-execução do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O Órgão Executor atuará segundo um modelo de execução em três níveis complementares. Isso se dará por meio de unidades que serão criadas e mantidas apenas durante a vigência do Programa, compreendendo:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS**

i) ao nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), instância máxima de decisão do Programa, responsável pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela Secretaria, SSP, SGG e FASE;

ii) ao nível operacional, um Escritório de Projetos, responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação do Programa, exercido pelo Escritório de Projetos (EP), composto por:

- a) Coordenação-Geral: Carolina Motta Ramos de Macedo Luce
- b) Coordenação Administrativo-Financeiro: a definir
- c) Coordenação de Monitoramento e Avaliação: Júlica Reginatto
- d) Coordenação Técnica e de Aquisições: Luís Fernando Espíndola Rodrigues
- e) Comissão Especial de Licitações: Presidente, César Antônio Vasconcelos da Luz. E Gabriela Lorenzet, a partir de 15 de dezembro de 2020 - Portaria nº. 111/2020.
- f) Assessoria Jurídica: Aline Frare Armbrorst (Setorialista da Procuradoria Geral do Estado – PGE – a contar de 19/08/2019 – Portaria nº. 588, de 16 de agosto de 2019, até 20/07/2020 – Portaria nº 247, de 20 de julho de 2020).
- g) Assessoria Jurídica: Augusto Arnold Filho (Setorialista da Procuradoria Geral do Estado – PGE) – a de contar até 20/07/2020 – Portaria nº 247, de 20 de julho de 2020

iii) ao nível técnico/executivo, Unidades de Execução Técnica (UET), responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro Componentes do Programa, o Escritório de Projetos conta com as Unidades de Execução Técnica (UETs), instaladas na Secretaria (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3):

Componente 1 – Prevenção social e situacional da violência

Este componente tem como objetivo ampliar a oferta de serviços sociais e empoderar os jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes oportunidades para desenvolvimento socioeducativo, profissional e físico, por meio de: (i) construção e implantação de seis Centros POD-Juventude (Programa de Oportunidades e Direitos-Juventude), para ampliar a oferta de serviços socioeducativos, formação profissional, esportes, promoção de valores e uma cultura de paz; (ii) criação e/ou fortalecimento de fóruns de debate e participação para acompanhamento e proposição de políticas públicas em cada um dos Centros-POD, envolvendo pessoas físicas, jurídicas e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSC); (iii) implementação de ações com o sistema socioeducativo que promovam a diminuição da evasão escolar, visando a conclusão do ensino básico e o aumento da escolaridade dos jovens, incluindo a capacitação de professores; (iv) implementação de ações direcionadas ao mercado de trabalho, formando e vinculando os jovens com as empresas em sua



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS**

primeira experiência de trabalho; (v) contratação de jovens multiplicadores, beneficiários do Projeto,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

para fomentar as ações dos Centros de POD-Juventude (bolsas); e (vi) garantia de acessibilidade nos espaços físicos no âmbito do Programa.

Componente 2 – Efetividade Policial

Este componente tem como objetivo melhorar a capacidade policial para implementar ações efetivas de prevenção e controle do crime e oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros, por meio de: (i) formação e sensibilização de efetivos policiais a partir de uma visão de segurança pública cidadã para relacionar-se com a comunidade, em especial os jovens, encaminhando-os aos serviços da rede social; (ii) modernização de tecnologias da informação para: análise e gestão integrada da polícia comunitária; formação continuada de agentes da polícia em análise dos delitos e qualificação dos registros policiais; e a aquisição de ferramentas para o georreferenciamento; e (iii) construção de seis bases comunitárias de segurança pública cidadã visando a atuação conjunta da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Guarda Municipal, permitindo aproximar os efetivos policiais da comunidade e fortalecer os vínculos de confiança; e (iv) verificação do adequado funcionamento dos controles internos e sociais das polícias nos territórios do Projeto e capacitação do pessoal dos órgãos correicionais da segurança pública e da FASE.

Componente 3 – Modernização do Processo de Ressocialização

O objetivo do componente é melhorar a atenção socioeducativa dos adolescentes infratores, por meio de: (i) construção de três novos centros de internação socioeducativa e reforma do prédio da Unidade Padre Cacique em Porto Alegre para transformá-la num centro de formação profissional de jovens; (ii) melhora do atendimento socioeducativo dos adolescentes da FASE, incluindo: (a) formulação e execução de um plano de formação continuada para servidores visando a implementação do Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE); (b) ações de fortalecimento de vínculo dos adolescentes com as famílias e a comunidade de origem; (c) monitoramento do progresso individual de adolescentes (educativo, psicossocial e de saúde); (d) sistemas de videomonitoramento nas unidades da FASE; e (e) modernização do sistema de gestão da FASE.

Componente 4 – Fortalecimento Institucional

O objetivo deste componente é fortalecer a SJCDH criando um mecanismo de articulação efetivo entre as entidades participantes do Projeto, por meio de: (i) formulação e implementação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

um plano estratégico e planos operacionais para a prevenção social da violência nas áreas de atenção do Projeto; (ii) concepção e implementação de um sistema de gestão de processos e monitoramento das atividades e produtos do Projeto; (iii) desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos serviços de proteção dos direitos dos jovens atendidos pelo Projeto; e (iv) desenvolvimento de um mecanismo de articulação, coordenação, informação e consulta entre a SJCDH e as prefeituras participantes, as OSC e os beneficiários do Projeto.

Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto

No âmbito da administração do Projeto, o foco é estruturar o Escritório de Projetos para melhor gestão do financiamento, possibilitando a aquisição de bens, equipamentos e serviços.

1.4 Valor do Programa

O valor do projeto equivale a US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento advém o montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) do Banco e US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) de aporte local:

(em US\$ mil) COMPONENTE	Banco	Local	TOTAL	%
1. Prevenção social e situacional da violência	18.800,00	1.850,00	20.650,00	36,8
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	10,7
3. Modernização do processo de ressocialização	23.900,00	1.400,00	25.300,00	45,1
4. Fortalecimento institucional	1.350,00	0,00	1.350,00	2,4
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	1.150,00	1.550,00	2.700,00	4,8
TOTAL	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100%

2. Principais Políticas Contábeis

- Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

- Unidade Monetária

Conforme cláusula 3.04 do contrato, para estabelecer a equivalência em dólares, ao se tratar de recurso do Banco, utilizar-se-á a mesma taxa de câmbio para a conversão dos recursos desembolsados em dólares quando da internalização. A de reconhecimento de gastos a débito de Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco.

3. Fundos Disponíveis

O recurso disponível em 31 de dezembro está depositado na conta bancária do Programa e não inclui receitas geradas por juros e ganhos cambiais tendo em vista que não há previsão contratual que obrigue a sua incidência.

- Conta Bancária nº. 03.355795.0-7

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul – Agência 0100

Disponível em 31 de dezembro	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
R\$	25.003.645,00	24.682.831,24	20.361.173,58	100.656.023,20	81.066.805,44	103.870.039,59*	84.891.337,19
US\$	9.430.000,00	9.309.06,69	7.679.115,06	37.961.917,10	24.329.773,54	28.397.777,92*	22.707.028,34

- Considerar estornos pendentes de justificação (Devolução de saldo de prestação de contas das Parcerias nº. 2502/2019): Valor total R\$ 126.973,68

4. Adiantamentos Pendente de Justificação

Em 30 de dezembro de 2020, foi encaminhado ao Banco a justificativa 13, que já foi aprovada, contendo todos os pagamentos realizados até 31.12.2020.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	R\$	US\$
Saldo de adiantamento no início do período (2020)	103.876.345,56	28.404.809,80
(+) Adiantamento recebidos	0,00	0,00
Gasto em 2020 (pagamento efetuado em 2020)	18.985.008,37	5.697.781,46
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período (31/12/2020)	84.891.337,19	22.707.028,34
Diferença (Saldo-Gasto)	-	-

6. Fundo Rotativo

De acordo com o contrato de empréstimo nº. 3241/OC-BR não estamos enquadrados nessa modalidade.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de compor a execução do Projeto em quantia equivalente a U\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares), como contrapartida local. Até o momento, o Governo contribuiu com a importância de R\$ 17.964.799,50 equivalente a US\$ 4.153.428,39. Com isso e até o momento, a contrapartida apresentada e justificada ao Banco corresponde a 69,22% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

Não há ajustes a realizar nas cifras de exercício anterior.

9. Aquisição de Bens e Serviços



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

Todas as aquisições de bens e serviços adquiridos pelo Escritório de Projetos seguiram as normativas GN -2349 e GN-2350, bem como legislação local (Lei 8.666/93), quando previsto. Ainda temos contratação de serviços em plena execução e não registramos qualquer intercorrência na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

Todos os bens estão devidamente inventariados e integram o patrimônio do Estado com registro de numeração e nos devidos locais para uso.

10. Categorias de Inversão

VALOR BID	PAGO		JUSTIFICADO		A JUSTIFICAR	
COMPONENTE	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
1-Prevenção social e situacional da violência	7.754.632,68	2.327.320,57	7.754.632,68	2.327.320,57	0,00	0,00
2-Efetividade policial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-Modernização do processo de ressocialização	10.653.388,34	3.197.295,42	10.653.388,34	3.197.295,42	0,00	0,00
4-Fortalecimento institucional	557.105,54	167.198,54	557.105,54	167.198,54	0,00	0,00
5-Adm., acompanham. E avaliação	19.881,81	5.966,93	19.881,81	5.966,93	0,00	0,00
TOTAL	18.985.008,37	5.697.781,46	18.985.008,37	5.697.781,46	0,00	0,00

11. Desembolsos Efetuados

A primeira internalização de recursos ocorreu em 23 de dezembro de 2014 no montante de US\$ 9.430.000,00, com valor cambial de R\$ 2,6515, totalizando R\$ 25.003.645,00. A segunda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

internalização ocorreu em 2017, na data de 14 de dezembro de 2017 no montante de US\$ 27.712.731,00 ao câmbio de 3,3320, totalizando R\$ 92.338.819,69. No ano de 2018 não houve internalização de recursos. A terceira internalização ocorreu em 26 de dezembro de 2019 no montante de US\$ 12.857.269,00, com valor cambial de R\$ 4,05, totalizando R\$ 52.071.939,45. No ano de 2020 não houve internalização de recursos.

12. Conciliação entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

DESCRIÇÃO	BID (R\$)	US\$	LOCAL (R\$)	US\$	TOTAL (R\$)
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	84.523.066,95	27.292.971,66	17.694.799,50	4.159.338,48	102.487.866,45
Demonstrativo de Investimentos	84.523.066,95	27.292.971,66	17.964.799,50	4.159.338,48	102.487.866,45
Diferença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 executive Financial Summary), por categorias de Inversão R\$

Categoria de Inversão	Demonstração de Investimento	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
1. Prevenção social e situacional da violência	15.644.978,27	15.644.978,27	-
2. Efetividade policial	3.451.404,26	3.451.404,26	-
3. Modernização do processo de ressocialização	6.757.235,42	6.757.235,42	-
4. Fortalecimento Institucional	774.761,59	774.761,59	-
5. Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	664.592,12	664.592,12	-
TOTAL DA INVERSÃO	22.707.028,34	22.707.028,34	-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

14. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante no compo “Disbursed life” do WLMS-1 e o registrado no campo “Recursos Recebidos – BID Demonstração de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	50.000.000,00
WLMS – 1 (Disbursed Life)	50.000.000,00
Diferença	-

15. Contingências

Até o momento não possuímos registro de contingências.

16. Eventos Subsequentes

Não há registro de diferenças entre o saldo da conta do Programa e montante efetivamente gasto.

Ademais, não registramos eventos ocorridos ente a data do encerramento do exercício e a data da elaboração dessas demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Programa.

17. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores

Com base na auditoria realizada do período de 2018, ficou registrado que, o Programa teve avanço significativo na preparação das ações previstas no Plano de Aquisições.

Destacamos o remanejamento de recursos entre categorias de gastos do Programa (Alteração N°. 2 – Contrato de Empréstimo N°. 3241/OC-BR).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE FINANÇAS

COMPONENTES	Banco	Local	TOTAL
1. Prevenção social e situacional da violência	18.800.000,00	1.850.000,00	20.650.000,00
2. Efetividade policial	4.800.000,00	1.200.000,00	6.000.000,00
3. Modernização do processo de ressocialização	23.900.000,00	1.400.000,00	25.300.000,00
4. Fortalecimento institucional	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00
5. Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	1.150.000,00	1.550.000,00	2.700.000,00
TOTAL	50.000.000,00	6.000.000,00	56.000.000,00